

Regulação e Agências Reguladoras no Contexto Brasileiro

Prof. Marcos Vinicius Pó

Objetivo: dar aos alunos noções sobre o papel regulatório do Estado nas economias modernas, compreendendo a base teórica e histórica da regulação e as formas e modelos de ação regulatória do poder público. Será dada ênfase especial ao modelo regulatório brasileiro e às agências reguladoras.

22/09/2016 às 05h00 1

Inframérica pede R\$ 1 bi à Anac

Por Daniel Rittner | De Brasília



Leiloado em 2011 como projeto-piloto das privatizações no setor, o aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN) tornou-se fonte de problemas para a empresa responsável por sua operação e precisa de um ajuste bilionário nas contas para não ficar inviável. O grupo argentino Inframérica levou à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) um pedido de reequilíbrio econômico-financeiro da concessão do aeroporto que soma R\$ 1,002 bilhão.

A operadora lista 21 pontos que teriam mudado radicalmente as premissas originais da licitação e ameaçam a continuidade do negócio. Para a agência, isso faz parte dos riscos do negócio.

15/09/2016 às 05h00 3

Crédito subsidiado em concessões terá que passar por um 'desmame', avalia governo

Por Murillo Camarotto e Daniel Rittner | De Brasília



A predominância de recursos públicos como fonte de financiamento do novo programa de concessões de infraestrutura será reduzida à medida que os leilões forem acontecendo. Um dia após a apresentação do pacote, o governo reconheceu a necessidade de um "desmame" das empresas que se acostumaram aos generosos empréstimos oferecidos nos últimos anos pelos Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Notícias recentes

14/09/2016 às 05h00

Temer lança seu primeiro pacote com 34 concessões

Por Murillo Camarotto, Rafael Bitencourt, Andrea Jubé e Alex Ribeiro | De Brasília



O governo Michel Temer apresentou ontem a nova roupagem do programa de concessões em infraestrutura. Houve cautela no anúncio de cifras de investimentos e geração de empregos, apesar da grande quantidade de projetos que serão oferecidos à iniciativa privada nos próximos dois anos. Serão 34 empreendimentos, além da relicitação de três hidrelétricas da Cemig.

Foram anunciadas também mudanças nas regras das concessões. Ampliou-se para cem dias o prazo entre a publicação dos editais e os leilões. Além disso, os editais só serão publicados após a obtenção da licença ambiental prévia. As agências reguladoras deixarão de participar da elaboração dos editais e organização de leilões para se concentrar na fiscalização dos contratos.

09/09/2016 às 05h00 3

União insiste na retirada de poder das agências sobre modelos de concessão

Por Rafael Bitencourt | De Brasília



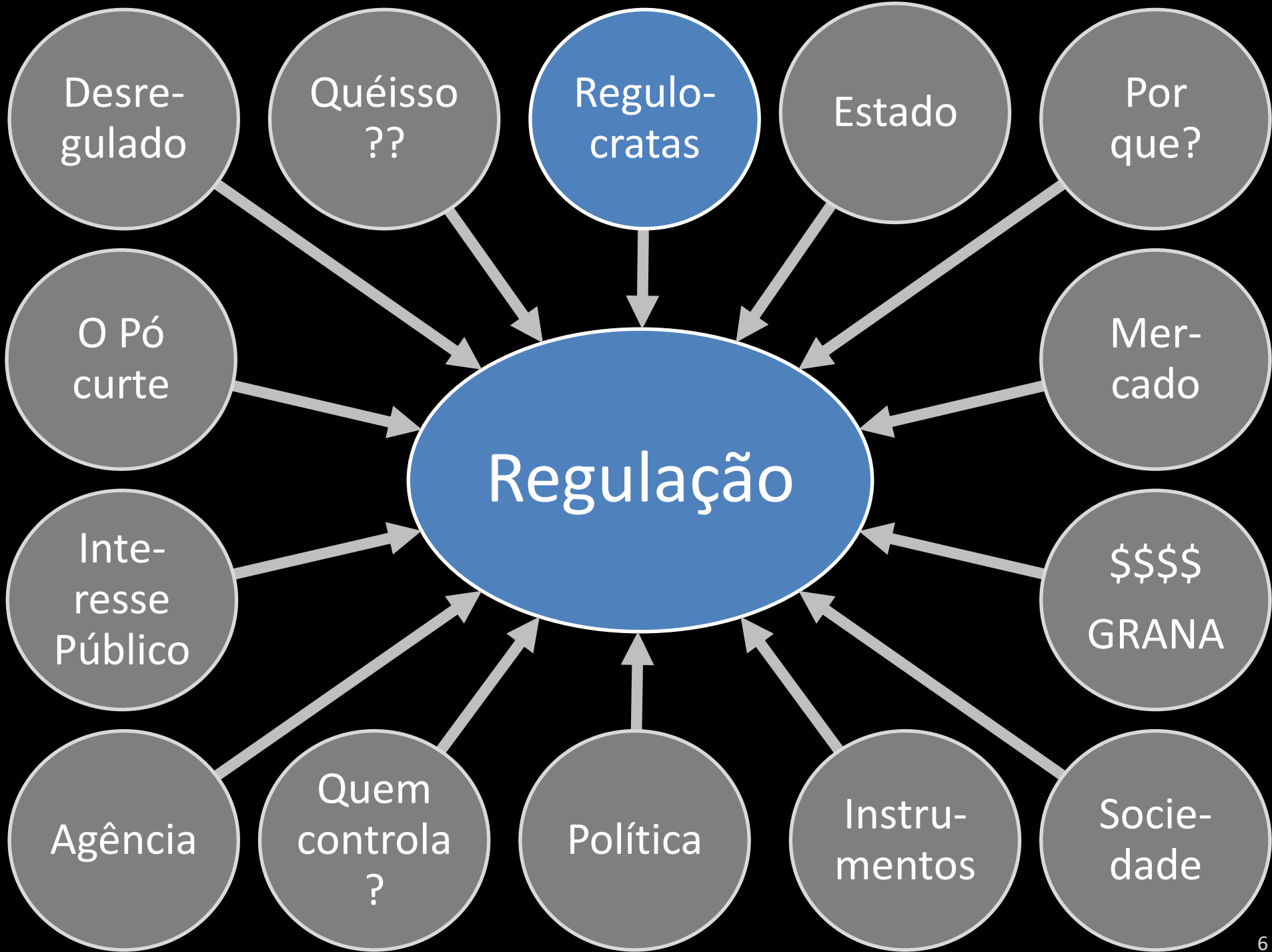
O governo decidiu levar à frente a discussão de retirar o poder de escolha dos modelos de concessão e de formulação dos editais de licitação das mãos das agências reguladoras. O secretário-executivo do Programa de Parcerias de Investimento (PPI), Moreira Franco, entende a medida como fundamental para restituir os papéis dos ministérios e dos órgãos reguladores.



Moreira Franco, secretário do PPI: agência

- Aulas expositivas
- Leitura de textos indicados
 - Servirão de base para as discussões e para as atividades
- Material disponível em:
perguntasapo.wordpress.com/disciplinas/graduacao/rarcb

1. Introdução ao curso
2. O que, por que, como regular?
3. O Estado regulador moderno
4. Abordagens analíticas da regulação: econômica, social, política, institucional
5. Formas institucionais e instrumentos de regulação
6. Regulação e política: relações, controle e *accountability*
7. Formas de relação Estado-Mercado: concessão, privatização, PPP, contratualização...
8. O modelo de agências reguladoras no mundo e no Brasil
9. Regulação no federalismo brasileiro
10. Exemplos e análise da regulação setorial: telecomunicações, energia elétrica, saúde suplementar, saneamento
11. Questões atuais da regulação



- Duas notas:
 - Participação e atividades em sala de aula (30%)
 - Trabalho final em grupo (70%), dividido em duas partes

Trabalho:

- (a) Mapeamento (30%)
 - Verificar as agências existentes (estaduais e municipais)
 - Levantar lei de criação, decreto de instalação, regimento e pequeno histórico de cada uma (atentar para mudanças ao longo do tempo, agências criadas e nunca instaladas...)
 - Fazer pequena tabela comparativa
 - Áreas de atuação
 - Número de diretores, mandato, forma de nomeação (força do Executivo x divisão de poderes x autonomia)
 - Fonte de orçamento

- Cada grupo assume uma região:
 1. São Paulo e Minas Gerais
 2. Rio de Janeiro e Espírito Santo
 3. Sul
 4. Norte
 5. Nordeste
 6. Centro-oeste
 7. Brasília (inclui as federais)

Trabalho:

- (b): Comparação (40%)
 - Escolher duas agências de entes federativos diferentes Escolher um setor específico de cada uma das agências
 - Mostrar como a regulação é realizada
 - Instrumentos, aspectos regulados, etc, modus operandi...

O QUE É REGULAÇÃO?

- Os mercados são poderosos elementos capazes de trazer à sociedade:
 - Geração de riquezas;
 - Inovações tecnológicas
 - Aperfeiçoamento da qualidade de produtos e serviços
- Segundo a teoria econômica clássica, os mercados são capazes de chegar a um equilíbrio ótimo para a sociedade, com o fornecimento de bens e serviços em níveis e condições adequadas e eficientes, levando ao desenvolvimento econômico.

- Todavia, isso só ocorre dentro de algumas condições:
 - Competição plena
 - Ampla disponibilidade de informação
 - Os custos são internalizados
 - Comportamento racional dos consumidores.
- Essas condições são raras na prática, levando a distorções e problemas para os consumidores e a sociedade.
- Além disso, há valores morais e éticos que não são fornecidos espontaneamente pelos mercados.

- Há várias possíveis definições, dependendo das abordagens conceituais:
 - Cultural
 - Política
 - Econômica
 - Social
 - Filosófica
 - Fisiológica...
- O melhor que podemos fazer conceitualmente é indicar o que queremos dizer quando usamos o termo regulação.

Processo envolvendo tentativa sustentada e focada de alterar o comportamento de outros de acordo com normas ou objetivos definidos, visando produzir um resultado identificável, exercido sob os auspícios de uma autoridade governamental (Windholz; Hodge, 2013: 6)

Imposição de regras, restrições, incentivos ou penalidades por parte do Estado nas atividades executadas por agentes atuando no mercado, visando obter determinados resultados sociais e econômicos para a sociedade.

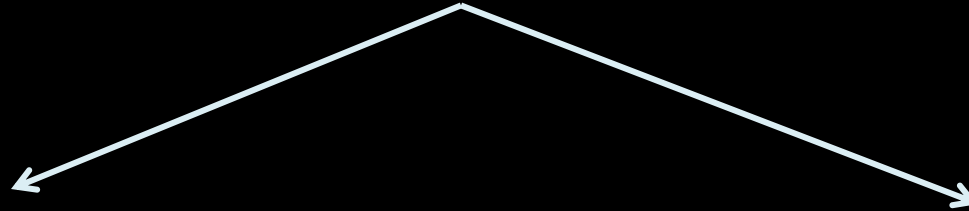


TIPOS DE REGULAÇÃO

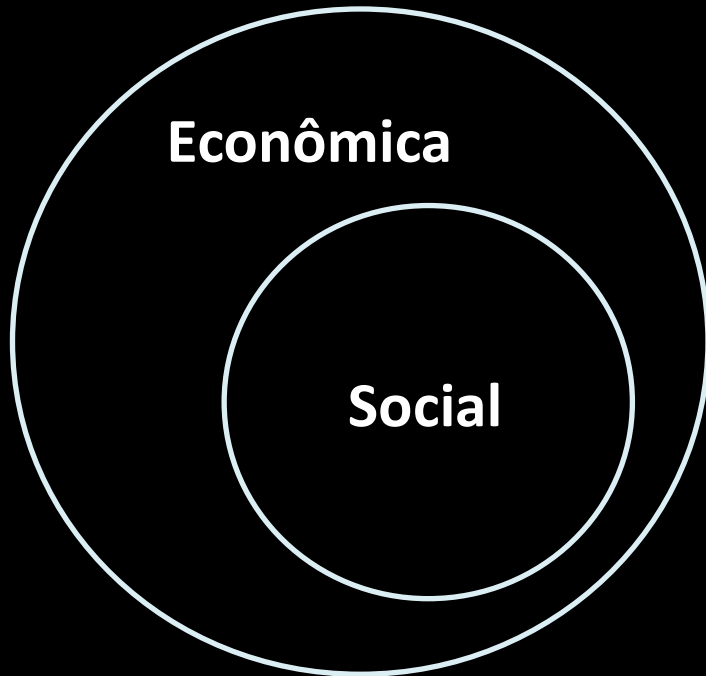
- Os governos tem três funções sociais básicas:
 - Provisão
 - Distribuição
 - Regulação
- Regulação é – e sempre foi – uma atividade básica de qualquer Estado e pode ser realizada de muitas formas institucionais e por meio de uma gama diversa de instrumentos.
- Os governos (por meio de privatização, concessão, etc) tem mudado da provisão direta para a regulação de agentes econômicos e sociais que forneçam os bens e serviços
 - Isso não muda a natureza pública do bem ou serviço, ainda que eventualmente mude a percepção
- Além disso, há outras explicações para o crescimento da regulação
 - Consciência e demanda social
 - Sociedade do risco: novas tecnologias, risco percebido
 - Paternalismo: escolha de experts versus escolhas individuais

- Na literatura estadunidense entende-se como regulação qualquer forma de restrição governamental imposta às atividades executadas por agentes privados e, eventualmente, públicos.
- Todavia, em termos analíticos costuma-se fazer uma distinção entre dois tipos básicos de regulação: Econômica e Social
- Essas definições são aplicadas em relação aos temas regulados, aos seus objetivos ou valores em pauta

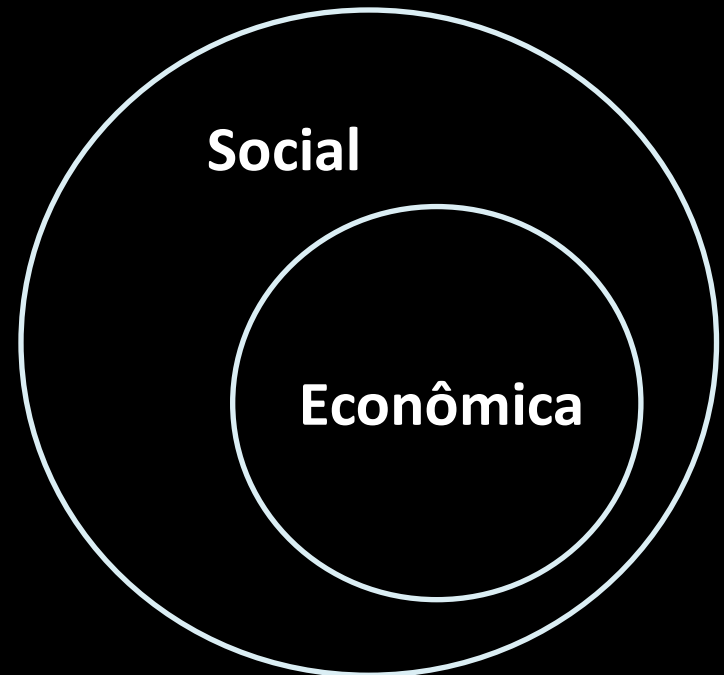
Duas visões da regulação social



**Correção de resultados danosos
da atividade econômica**



**Melhorar um mercado
economicamente eficiente**



- Objetos: preços; tarifas; condições de entrada, permanência e saída em mercados; incentivos econômico-financeiros.
- Objetivos: melhorar a eficiência econômica do mercado, aumentar a competição.
- Em mercados competitivos atinge principalmente:
 - Condições de entrada e saída nos mercados
 - Requisitos para manter-se em operação
- Em mercados monopolistas: buscar os resultados de um mercado competitivo
 - Atinge temas como taxas de retorno, obrigadoriedades de inovação, investimentos (prudentes)...

- Objetos: saúde, segurança, informações, padrões técnicos, direitos sociais
- Objetivos:
 - Produzir resultados socialmente desejáveis por meio da correção de efeitos danosos da atividade econômica
 - Produção de resultados diferentes e melhores daqueles de um mercado eficiente
- Enquadram-se nessa categoria temas como vigilância em saúde, licenciamento de medicamentos, normas de rotulagem, padrões de segurança e eficiência em equipamentos, níveis de contaminação, entre outros.

Nessa lógica o tipo seria definido pelos principais valores em questão, com os secundários estabelecendo limites e dando fundamentos e legitimidade às ações regulatórias.

	Econômica	Social
Valores primários	Eficiência Competição Inovação Individualismo Escolha	Justiça Honestidade Eqüidade Coesão social Confiança
Valores secundários	Justiça Honestidade Eqüidade Coesão social Confiança	Eficiência Competição Inovação Individualismo Escolha

Agência federal	Ministério relacionado	Lei de criação	Decreto de instalação	n° de diretores	duração do mandato
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica	Minas e Energia	9.427, de 26/12/1996	2.335, de 06/10/1997	5	4
ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações	Comunicações	9.472, de 16/07/1997	2.338, de 07/10/1997	5	5
ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Minas e Energia	9.478, de 06/08/1997	2.455, de 14/01/1998	5	4
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Saúde	9.782, de 26/01/1999	3.029, de 16/04/1999	5	3
ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar	Saúde	9.961, de 28/01/2000	3.327, de 05/01/2000	5	3
ANA - Agência Nacional de Águas	Meio Ambiente	9.984, de 17/07/2000	3.692, de 19/12/2000	5	4
ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquáticos	Transportes	10.233, de 05/06/2001	4.122, de 13/02/2002	3	4
ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres	Transportes	10.233, de 05/06/2001	4.130, de 13/02/2002	5	4
ANCINE - Agência Nacional do Cinema	Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	MP 2.228, de 06/09/2001	-	4	4
ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil	Defesa	11.182, de 27/09/2005	5.731, de 20/03/2006	5	5

Moreira Franco diz que não haverá 'pirotecnia' em concessões

Por Juliano Basile | Valor



NOVA YORK - O secretário-executivo do Programa de Parcerias em Investimentos (PPI), Wellington Moreira Franco, afirmou que não haverá propaganda nem pirotecnia no programa de concessões que o governo lançou.

Segundo ele, o programa será transparente e vai dar previsibilidade aos investidores. “Não queremos fazer pirotecnias”, afirmou após participar de reunião com investidores internacionais no hotel Plaza Athenée, em Nova York. “Queremos dar continuidade ao programa com transparência, previsibilidade e confiança. É um processo técnico”, destacou.

O secretário-executivo disse no encontro com investidores que o ambiente de negócios está passando por uma mudança no Brasil. “Estamos promovendo uma mudança no sentido regulatório”, afirmou.

Entre as alterações, o governo vai dar cem dias entre a publicação do edital e a realização de leilão e haverá tradução dos editais para o inglês e o espanhol de modo a atrair mais investidores.

“Nós temos o compromisso de garantir um ambiente de concorrência nos leilões”, ressaltou. Por essa razão, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) vai dar sugestões de modo a permitir maior competição nas disputas entre as empresas.

Outra medida em estudo que foi destacada por Moreira Franco envolve a fixação de um preço mínimo e de um preço máximo para os leilões. Essa questão está em debate junto ao Tribunal de Contas da União (TCU).

A fixação prévia de tarifas e de taxa de retorno que foi utilizada durante o governo da então presidente Dilma Rousseff serão revistas. Essas práticas foram afastadas, enfatizou o ministro.

Ele avaliou que o programa é positivo para o ajuste fiscal em curso no país, pois acredita que deve trazer mais confiança aos investidores e melhorar o ambiente de negócios.

O que os pontos marcados significam?

Próxima semana:

- Teorias da regulação
- Abordagens analíticas da regulação (1): econômica
- Textos base:
 - MAJONE, G. Do Estado positivo ao Estado regulador: causas e conseqüências de mudanças no modo de governança. Revista do Serviço Público, ano 50, no. 1, janeiro-março. 1999
 - KUTNER, R. Tudo à venda. Tradução de Claudio Weber Abramo. Companhia das Letras. São Paulo. 1998 - capítulo 7
- Textos complementares:
 - PÓ, Marcos. V. O jogo regulatório brasileiro: a estabilidade contratual para além da autonomia das agências. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, São Paulo. 2009. Capítulo 1
 - MELO, Marcus A. (2000). Política regulatória: uma revisão da literatura. BIB, n° 50, 2° semestre
- Disponível em:
- <http://perguntasapo.wordpress.com/disciplinas/rarcb/>